

O CASO DO PARQUE HISTÓRICO DO PELOURINHO: INVESTIGAÇÃO DE ORIGINALIDADE NUMA AÇÃO DO GOVERNO LOCAL

Juarez Duarte Bonfim*

Paulo R. Guimarães da Silva**

RESUMO — A política jurídica de proteção ao patrimônio no Brasil data de 1937, cujo decreto foi sancionado por Getúlio Vargas, e se constituiu numa das primeiras leis de organização da proteção ao patrimônio histórico e artístico a nível nacional. Desde 1959 — quando das primeiras medidas de proteção adotadas pelo órgão federal responsável — o patrimônio histórico-ambiental tem sido objeto de recomendações e cartas nacionais e internacionais, visando sua defesa e conservação e de ações de diferentes níveis de governo. Em 1986, o governo municipal inaugura um novo discurso e padrão de atuação como gestor desse patrimônio na cidade de Salvador. Interessa-nos aqui analisar quais foram os elementos que integravam esta ruptura de padrão de intervenção pública, sob vários aspectos, e quais as consequências sobre a área do centro histórico da cidade. Para tanto faz-se necessário registrar, discorrer e, em alguns casos, analisar projetos, planos e intervenções públicas de diferentes níveis de governo para recuperação e revitalização do centro histórico de Salvador.

ABSTRACT — The legal political proceedings for protecting the property in Brazil date from 1937, when a decree was passed by Getúlio Vargas. That Act became one of the first laws for the organization and protection to the historic and artistic property at a national level. Since 1959 when the first measures for protection were adopted by the federal responsible department — the historic and environmental property has been object of national and international letters aiming at its defense and conservation and actions of different layers within the government. In 1986, the Municipal government shows a new discourse and a new course of action as a manager of this property in Salvador City. Our interest is to analyse here the elements which were part of this rupture of pattern in the public intervention, under various aspects, and what the consequences were on the area of the Historic Site of the town. For that, it is important to register, to write about, and, in some cases, to analyse projects, plans and public interventions of different kinds within the government to restore and revive the Historic Site in Salvador.

* Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia.

** Professor e pesquisador do Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA-EA/UFBA).

INTRODUÇÃO

A produção ordenada de moradias, a padronização de normas para o parcelamento do solo e estruturação do tecido urbano uniformizaram as cidades brasileiras. O que as singulariza, atualmente, são seus centros urbanos, seja, dos séculos XVII, XVIII e XIX, ou do início do atual. Os mais antigos, ainda existentes, são denominados centros históricos e conservam sua estrutura física a qual pressupõe a vigência de um conteúdo de cunho social, econômico, político e cultural, caracterizadores da imagem da cidade, da sociedade e de sua memória. A existência desses centros históricos exige que a cidade seja encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo. Um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas e dimensões em permanente renovação (LE MOS, C., 1985, p.46).

Preservar o patrimônio ambiental urbano depende de providências, basicamente, em dois campos: a) o planejamento, projeto de recuperação ou revitalização de núcleos de interesse documental ou artístico; b) a implantação do projeto, de interesse social. Frequentemente, o tombamento dessas áreas pelo Estado — o que não pressupõe desapropriação — tem sido um atributo que se concede ao bem cultural, para que nele fique garantida a perpetuação da memória. Os exemplos brasileiros e internacionais demonstram que os métodos de defesa passiva de conjuntos urbanos, ao entrarem em atrito com os interesses privados, causam, em última análise, efeitos opostos àqueles desejados, ou seja, falta de conservação, desvalorização, ocupação por estratos sociais incapazes de mantê-los, mudanças no uso do solo e arruinamento. O instituto do tombamento termina por esbarrar com o direito de propriedade e com o esquecimento do valor social do bem cultural protegido. Entretanto, a visão protetora de conjuntos de bens culturais urbanos, embutida na idéia de tombamento não deve ser descartada. Ela possui uma abrangência maior, procurando, antes de tudo, interpretações de caráter social vinculadas às preocupações de caráter arquitetônico. Em última análise, ao se intervir num imóvel, está intervindo-se na vida de seu ocupante.

O patrimônio ambiental urbano tem no imóvel de uso residencial um elemento fundamental a preservar. Entretanto, uma intervenção que contemple exclusivamente os prédios habitacionais estará restringindo-se a ações pontuais que se tornam tão excludentes quanto as que têm sido até então praticadas na trajetória do patrimônio histórico, denotando a forma pela qual são enfocados os problemas de ordem cultural, na administração pública brasileira. O conceito de cultura é minimizado em sua importância e os valores culturais, sejam eles bens móveis ou imóveis, não são objeto de recursos e interesse político, fazendo com que a idéia de progresso se confunda com a substituição do velho pelo novo e que a memória seja apagada. (BOSI, V., 1986, p.135).

A falta de programas de preservação para o patrimônio habitacional em centros históricos é comumente justificada por dificuldades de ordem econômica

(inexistência de recursos financeiros), técnica (insuficiência de quadros técnicos e administrativos) e jurídica (impossibilidade da aplicação dos recursos públicos orçamentários na recuperação de imóveis de propriedade particular e inexistência de respaldo legal e jurídico para o procedimento das transferências e aquisição de imóveis históricos extremamente valorizados quando, objeto de negociação).

Colocadas essas premissas iniciais, apresentamos, brevemente, nosso território de análise. Em seguida, resgataremos algumas orientações de caráter internacional e nacional relativas à preservação e recuperação do patrimônio. Posteriormente, trataremos do percurso da ação pública, em diferentes níveis de governo, no espaço do centro histórico de Salvador. Por fim, tratar-se-á de analisar uma intervenção de caráter local do contexto sóciopolítico na qual estaria inserida, seus limites e perspectivas de originalidade.

O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: BREVE EVOLUÇÃO SÓCIOESPACIAL

Aqui aportou Tomé de Souza, em 1549, para fundar a cidade do Salvador, capital do Governo Geral do Brasil. Salvador foi fundada como cidade e o Governador Geral trouxe de Portugal não apenas o objetivo de criar uma cidade, mas seu plano e estatuto. Logo, escolhia-se o local mais apropriado para a povoação grande e forte: o cume de uma colina, caindo em forte declive até a extremidade das margens de uma baía abrigada sobre um dos lados que separam a Baía de Todos os Santos e o Oceano Atlântico (AZEVEDO, T., 1969, p.136). A colina serviu a Tomé de Souza para edificar, em 12 meses, a sua cidadela de casas de sopapo, cobertas de palha, que ele cercou de muros, também de taipa, e tinha somente duas portas: Carmo e Santa Luzia. No exterior dos muros, foram construídos os conventos, aproveitando-se das vastas concessões que o governo lhes havia feito. O primeiro núcleo de ocupação foi a Praça Central, hoje chamada Praça Municipal, ou Praça Tomé de Souza. O bairro aristocrático se achava ao derredor. Mas, em meados do século XVII, em torno desse centro, alinhava-se já um verdadeiro cinturão de boas casas de campo, pertencentes a pessoas abastadas, enquanto os pobres e comerciantes moravam na Praia (atual Cidade Baixa).

Essa aglomeração administrativa, militar, religiosa e residencial é a mancha-matriz da cidade do Salvador, o seu centro histórico, que conserva, ainda nos dias de hoje, sua trama urbana muito pouco modificada. A classe dominante vai gradativamente abandonando a região central da cidade (início do século XX) em direção aos novos bairros, em busca de novas formas de moradia urbana propiciada pela estruturação de um sistema viário e o advento dos transportes coletivos. Os imóveis do centro antigo são ocupados primeiro pelas famílias de classe média e, depois, pelos pobres, levando ao retalhamento do espaço arquitetônico dos antigos casarões. O regime de ocupação dos imóveis é de

locação ou sublocação, o que não estimula a conservação, quer pelos proprietários, quer pelos inquilinos, estes impossibilitados financeiramente. Além disso, as interdições legais criadas para proteção do patrimônio desencorajam empresários “que encontram assim mais uma boa razão para investir em outra parte” (SANTOS, M., 1959, p.162).*

O comércio acompanha a mudança das elites em direção aos bairros da classe rica e da classe média, seguindo as linhas da cumeada e dos transportes. Já nos anos 70, a saída de órgãos e empresas públicas para o CAB (Centro Administrativo da Bahia), recém-construído, distante mais de 15 Km do centro esvazia ainda mais a área de funções centrais. Inauguram-se novos centros de troca, de comércio *shopping centers*, hipermercados, e a cidade vira as costas para o seu rico acervo patrimonial, considerado como o mais importante conjunto arquitetônico barroco das Américas.

Concomitante com a degradação física, com o arruinamento total ou parcial dos sobrados, solares e monumentos, o centro histórico sofre uma profunda degradação social, com o estabelecimento de grande meretrício (no Maciel) que terminou por envolver toda a área residencial. Junto com a prostituição, ali se instalaram atividades paralelas e derivadas, como, o banditismo, o tráfico de tóxicos, a delinquência, criando o estigma de bairro maldito e guetificação do Pelourinho/Maciê, quadro que pouco se altera (anos 80) destarte toda ação governamental patrocinada nessa zona da cidade.

Não abstante, nos anos 70, antecipado-se até à reorganização da sociedade civil e dos movimentos sociais que emergiram com a redemocratização, surge em Salvador um fenômeno artístico-cultural de “negritude”: a valorização pela comunidade negra da cultura, música, religião, estética, dentre outros elementos que se referiam à tradição dos negros e à origem africana. A expressão maior desse “boom” ocorre no carnaval, com o surgimento do Afoxé Filhos de Gandhi e com a criação, no bairro da Liberdade, do bloco afro Ilê-Aiyê. Outros surgiram no seu rastro, “verdadeiras tribos afrobaianas ostentando nomes sonoros e coloridos, geralmente iorubanos” (RISÉRIO, A., 1981, p.16): o Badauê, o Araketu, Olorum Babá M., Malê Debalê, Tenda de Olorum, o Olodum etc.. No centro histórico de Salvador “165 associações disputam espaço. Setenta associações tratam da cultura, lazer ou esporte, sendo as demais de caráter sindical” (FISCHER et al., 1993, p.2). Arruinado, para esse rico patrimônio histórico, devido a essas ações e práticas culturais, já se delineava uma nova

*Sobre a cidade de Salvador remete-se, dentre outros, a SANTOS NETO, Isaias de C. *Centralidade Urbana: espaço e lugar. Esta questão na cidade do Salvador*. São Paulo: USP/FAU. 1991; MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. Tradução do original francês por James Amado — São Paulo: Corrupio; (Brasília): CNPq, 1988; FERNANDES, Ana Gomes, Marco Aurélio A. de Filgueiras. *Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920* In: ESPAÇO & DEBATE, ano XI, n.34, São Paulo.

imagem em que se propagavam os valores positivos da raça negra e da riqueza cultural da comunidade do Maciel/Pelourinho, contribuindo para a reprodução do isolamento crônico da área. Era esse o cenário, quando o poder público municipal deflagrou o seu Programa de Recuperação dos Sítios Históricos. A criação em si do programa não trazia necessariamente uma novidade para a comunidade do centro histórico, para as entidades e indivíduos que o freqüentavam. A revitalização do centro histórico já se dava sob a responsabilidade não apenas do Olodum, mas também com a marca da Cantina da Lua, do Restaurante Banzo, da Casa do Índio, do Grupo de Capoeira Angola-Pelourinho, da Associação de Artistas do Centro Histórico, do Clube da Mães...

CARTAS INTERNACIONAIS E RECOMENDAÇÕES NACIONAIS: OS PRESSUPOSTOS DA MEMÓRIA, DA CULTURA E DO CAPITAL

A Conferência de Atenas (1931) pode ser considerada um divisor de águas no debate sobre preservação e recuperação de monumentos, dando origem ao método arqueologista de restauração que aceita tão-somente a pura consolidação de ruínas, não admitindo recomposições fantasiosas ou imitativas. Por outro lado, considera o aproveitamento de espaço através de obras modernas e admite, conforme o caso e a iconografia existente, a reconstrução baseada nos elementos originais dispersos ainda conservados (LE MOS, C., 1985, p.72). Em 1964, organizou-se em Veneza o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos cujo objetivo foi criar uma Carta Internacional de Restauração de Monumentos. Esse documento tinha como objetivo a implantação de uma política comum de pesquisa e valorização dos monumentos, dos centros históricos e da paisagem. A *Carta de Veneza* definia o monumento como inseparável do meio onde se encontra e da história da qual é testemunho, relacionando o bem cultural com o seu meio ambiente e seu contexto socioeconômico. A intervenção nesses bens conservaria e revelaria seu valor estético e histórico, porém evitando a “museificação” de edifícios recuperados, inutilizando-os às funções ou usos contemporâneos.

Posteriormente, em 1967, a OEA patrocinou a Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico conhecida como as Normas de Quito. Naquela ocasião o patrimônio foi definido como um “capital” a ser mantido para render vantagens, principalmente através do turismo, partindo da idéia de que os monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico constituem recursos econômicos semelhantes às riquezas materiais do país. As ordenações da *Carta de Veneza* foram ratificadas e sugere-se uma atualização da legislação de proteção do espaço urbano ocupado pelos núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse paisagístico, além de estimular o investimento de particulares nessas áreas através do instituto de incentivos

fiscais (SIMAS FILHO, A., 1977, p.204-5). Em meados da década de setenta (1975 a 1977) houve o *Manifesto de Amsterdam*, as *Recomendações de Nairobi* e o Encontro de *Machu Picchu* onde o enfoque primitivo de preservação, o monumento isolado, é substituído pela preservação de conjuntos inteiros, levando-se em consideração os condicionantes socioeconômicos existentes nesses sítios e responsáveis por sua criação. É fundamental ressaltar que todas as recomendações internacionais sobre o problema de habitantes em centros históricos insistiam em que as populações que vivem nesses conjuntos não devem ser expulsas ou pressionadas a deixarem os mesmos em consequência da recuperação.

A nível nacional, o *Compromisso de Brasília* indicou a necessidade de ação supletiva dos estados e dos municípios à atuação federal para proteção dos bens culturais de valor nacional, sugerindo a criação de órgãos estaduais e municipais destinados a suplementar a ação nacional do então DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Note-se que, até o final dos anos setenta, as repartições públicas de preservação do patrimônio, municipais, estaduais ou federais, tratavam de preservar, principalmente, bens arquitetônicos, quase todos de execução, sem uma visão mais abrangente e sensível ao registro de atividades peculiares do homem brasileiro e do elenco dos bens definidores da sua nacionalidade.

Por fim, o *Compromisso de Salvador*, de 1971, direcionou suas recomendações especialmente para os aspectos legais e financeiros vinculados à preservação de bens culturais. Nessa ocasião, os prefeitos das cidades históricas convocaram os órgãos financiadores da habitação para colaborar com o custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

Trata-se aqui de resgatar uma multiplicidade de orientações e ações que fazem com que, particularmente a nível local, se dificulte a tarefa de organizar essas ações por esfera de poder, pois, na maioria das vezes, apesar de concorrentes, atuavam conjuntamente através de convênios e cooperações e muitas dessas políticas se justapõem no espaço e no tempo. Assumindo esta dificuldade inerente à nossa proposta, apresentamos desde já um quadro resumo das ações governamentais, ao qual se seguirá uma síntese das políticas, projetos e ações públicas para o centro histórico de Salvador.

ANO	AÇÃO	INSTITUIÇÃO/NÍVEL DE GOVERNO
1959	Medidas de Proteção e Obra de Conservação	SPHAN Continua

Continuação

ANO	AÇÃO	INSTITUIÇÃO/NÍVEL DE GOVERNO
1967	Criação da FPACBA (IPAC)/Promoção da Conservação do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado	Governo da BAHIA
1971	1ª etapa do Plano de Recuperação do Pelourinho	FPACBA/SEPLAN-PR
1972	Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel	FPACBA/PMS/UFBA
1976/79	Restauração de imóveis e instalação de posto médico e policial, escolas e creche, serviços públicos e privados	FPACBA/SEPLAN-PR
1977	Seminário sobre o Centro da Cidade do Salvador	PMS/GOVERNO DA BAHIA
1977/79	Plano Diretor do Pelourinho — PLANDIP	CONDER/FPACBA/SEPLAN-PR
1978	Proposta de Valorização do Centro Histórico de Salvador	CONDER/BAHIA
1981/85	Projeto CAMI — Centro Administrativo Municipal Integrado	OCEPLAN/PMS
1981/82	Projeto de Recuperação Habitacional do Centro Histórico-Pelourinho	IPAC/URBIS/COHAB-BAHIA/BNH
1983	Criação da ETELF-Escritório Técnico de Licenças e Fiscalização	IPAC-BAHIA/PMS/FNPM/SPHAN
1986	Seminário do Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos	MINC/MDU
1986	Criação do Programa Especial de Recuperação dos Sítios Históricos de Salvador e da Fundação Gregório de Mattos	FGM/PMS
1987	Criação do Parque Histórico do Pelourinho	FGM/PMS
1993/94	Recuperação e Urbanização de Quarteirões no Centro Histórico do Pelourinho	IPAC/CONDER-BAHIA

Até data recente, tombados pela SPHAN (atual IBPC), existiam no país 16 cidades históricas e 31 sítios urbanos. Em Salvador, esse foi o primeiro órgão a adotar medidas de proteção e realizar obras em monumentos religiosos de excepcional valor cultural. Desde a segunda metade dos anos 60 que especialistas da OEA e UNESCO estiveram no Brasil com diretrizes de intervenção para preservação patrimonial. A cidade de Salvador é citada com distinção no relatório

elaborado *Relatório Michel Parent*, onde se propõe a criação da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPACBA), atual IPAC, pelo governo estadual, a implantação de infra-estrutura urbana no centro histórico, aquisição de imóveis, restauração de unidades adquiridas, eliminação de tráfego, etc.. É relevante a importância dada à preservação maior possível dos habitantes na área, à restrição a ações repressivas diretas da polícia contra a prostituição, ao controle do “fachadismo” e da cenografia e a necessidade de motivação dos proprietários para a recuperação dos seus imóveis, uma vez que era impossível para a recém-criada Fundação arcar com o ônus total do investimento.

As preocupações mais imediatas contidas no primeiro documento sobre a intervenção na área do centro histórico detiveram-se na conservação da população em zona sob intervenção restaurativa e preservativa, aquisição de imóveis para fins sociais (serviços públicos), execução de quarteirões integrados de habitação popular, dotação de redes de serviços de infra-estrutura (abastecimento de água, sistema de drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, rede elétrica e telefônica), e criação de incentivos fiscais favorecendo os investidores na área de preservação de bens culturais, tudo acima conforme as orientações dos órgãos internacionais. Tais teses passarão a ser ponto recorrente de conflito na definição de programas de recuperação e revitalização posteriores. A Fundação, em princípio, opunha-se à idéia de transformar o Pelourinho num cartão-postal, propondo-se a revitalizar o tecido urbano, envolvendo a restauração de edifícios e a promoção social das populações locais, e tendo como meta primordial o binômio patrimônio/homem. Podem-se identificar três linhas básicas de atuação da Fundação: a) programa assistencial (saúde, educação e, habitação); b) restauração volumétrica e de fachada; c) compra de imóveis com fins restaurativos e novas funções.

Com recursos oriundos do Governo do Estado e do Programa de Cidades Históricas do Nordeste/SEPLAN, implementou-se o primeiro grande investimento mácio do governo federal em restauração de monumentos, basicamente, na compra de imóveis e conversão em equipamentos do tipo administrativo ou assistencial da própria Fundação, na instalação de um complexo de serviços (restaurante, cine-teatro, anfiteatro, sala de exposições, agência bancária). A conversão funcional diminuiu as ofertas de moradias e intensificou o arruinamento de casas por abandono de seus proprietários na expectativa de ter comprador certo por parte do Estado. O problema da compressão habitacional na área provocou a redução acentuada do contingente demográfico local e o adensamento populacional nas áreas de entorno (a exemplo do Maciel) em piores condições de habitação. Essas conseqüências sobre a população local levaram a Fundação a conceber um *Plano de Desenvolvimento da Comunidade do Maciel*, com o objetivo de implantar num “novo quadro” assistencial e produtivo para essa área e propiciar a formação de uma comunidade de economia artesanal. De fato, o IPAC, dada a prioridade que dava aos trabalhos no Maciel, direcionou sua enorme máquina burocrática e recursos a serviço de uma política social quali-

ficada nos meios intelectuais e acadêmicos de Salvador de “assistencialista” e “paternalista”. As restaurações pontuais realizadas, sobretudo no Maciel, não produziram os efeitos modificadores desejados na área, dado a problemas reconhecidos como “estruturais”, principalmente a incapacidade de recuperar economicamente a população local e fixá-la. Os moradores do Maciel tornaram-se clientes dos programas sociais do IPAC, cujas demandas iam desde conserto de goteiras em telhados até brigas entre vizinhos ou problemas com a polícia, de tóxicos, prostituição, criminalidade, vadiagem e exploração de outras atividades ilícitas.

Ainda na década de setenta (1977/78) o PLANDIP (Plano Diretor do Pelourinho) veio revigorar o objetivo da recuperação da área sob a jurisdição da Fundação sendo que contara, institucionalmente, com o apoio da instância de planejamento (CONDER) e do órgão municipal de planejamento (OCEPLAN). O centro da cidade passa a fazer parte dos “interesses metropolitanos” uma vez que em seu espaço, localizam-se importantes elementos de centralidade de toda a região metropolitana, devido ao interesse turístico de seus monumentos históricos e padrão urbanístico colonial. Acentuou-se a importância conferida aos aspectos de circulação e acessibilidade à área, especializando-se ao máximo suas vias de circulação. Propostas para o centro histórico, como, eliminação do tráfego, projetos de praças, vão igualmente no sentido de recomendações internacionais e nacionais. Não obstante, essas medidas parecem ter dificultado ainda mais a circulação e a acessibilidade ao centro da cidade. A saída de serviços da zona central se intensificou nesse período, comprometendo sua centralidade, mesmo que o turismo tenha sido mantido como vocação para a área. A prioridade dada à época ao estudo de circulação e tráfego correspondia, entretanto, a uma política do governo federal de financiamento de projetos e liberação de recursos para ações nesse sentido. O PLANDIP foi interrompido em 1979. Sua proposta era criar um modelo normativo de intervenção na área, tanto nos seus aspectos físico-arquitetônicos, quanto nos socioeconômicos, resgatando a necessidade de ordenação mais harmônica da estrutura urbana do Pelourinho inserido num todo maior da cidade do Salvador.

Em 1981 foi a vez do Projeto CAMI. A OCEPLAN, dentro da proposta de utilização ampla da área central, tentou conciliar numa mesma ação o controle da área e a efetiva participação cotidiana da administração da prefeitura no centro da cidade, muito embora ainda sob a coordenação do organismo “maior” da região metropolitana e respectivos recursos alocados do MINTER-BIRD. A nova centralidade proposta pelo projeto se baseava, fundamentalmente, na intenção de locar, adequadamente, a maioria dos órgãos da administração direta da entidade municipal na área histórica (12 secretarias e órgãos da prefeitura). A implantação do projeto se daria nas zonas onde predominavam usos comerciais e de serviços, não interferindo negativamente nos núcleos habitacionais — o bairro Pelourinho/Maciel — área de importância paisagística, histórica e igualmente turística. Um centro histórico de comprovada vocação administrativa, em

torno de sua praça central, a Praça Municipal. Tendo como meta a concentração das decisões político-administrativas e agilização da burocracia, o projeto não chegou, entretanto, a propor o retorno do executivo municipal ao centro da cidade. As funções administrativas contribuiriam para ampliar a zona de interesse turístico, além da concentração das decisões políticas e estratégicas, agilização dos processos burocráticos e consolidação do sistema de administração municipal, até então fragmentado no território da cidade.

Vê-se que o Projeto CAMI, enquanto política governamental, não sugeria ações globais para intervenção no centro histórico. Sugeria o tratamento do bem cultural simplificadamente, isoladamente, sem base nos elementos socioeconômicos que compõem a dinâmica urbana da área-moradia, abastecimento, trabalho, educação, saúde, circulação, etc. embutidos numa ambiência física cultural e histórica. O objetivo era, portanto, recuperar imóveis para locação de serviços públicos, sendo a revitalização da área um derivativo. Do projeto CAMI, a única obra realizada foi a restauração da atual sede do Arquivo Público Municipal.

Entre 1981 e 1982, o IPAC realizou em Salvador uma tentativa de aplicação de recursos do BNH através da URBIS/COHAB estadual, na recuperação do patrimônio habitacional do centro histórico, com elaboração dos projetos arquitetônicos e contato com famílias — possíveis mutuários — para a aquisição de unidades habitacionais decorrentes da adaptação de sobrados arruinados. A inadequação dos mecanismos técnicos e financeiros institucionalizados pelo BNH contribuíram para a não efetivação dos projetos. Exigências, como, emprego fixo e formal, renda mínima de 4 a 5 salários mínimos inviabilizavam a participação de uma população residente pertencente ao chamado setor informal e sem renda mínima garantida. Tratava-se de uma experiência nova, tanto para o BNH quanto para órgãos como o SPHAN/FNPM, a tentativa de compatibilizar a demanda de recursos do patrimônio histórico com a oferta do SFH. Ajustamentos preliminares e marcados pela morosidade se prolongaram até 1983, quando foram estabelecidas as alterações e adaptações do aparato institucional do SFH, indispensáveis à preservação do patrimônio histórico e à efetivação de projetos pilotos em alguns núcleos históricos a serem definidos entre conjuntos tombados pela SPHAN. Foram sugeridos os centros históricos de Salvador, Olinda e São Luís. Em Salvador, apesar do assessoramento técnico prestado, as equipes locais da administração estadual não conseguiram estruturar-se para a condução dos trabalhos, o que reforça, por exemplo, a tese da necessidade da participação efetiva das prefeituras nos processos de reabilitação de seu acervo cultural.

Em 1983, a Prefeitura, o IPAC e a UFBA, sob a coordenação da SPHAN, iniciaram os estudos para se levar à UNESCO a proposta de elevar o centro histórico de Salvador à condição de *Patrimônio da Humanidade*, a exemplo de Ouro Preto e Olinda. Esses estudos subsidiariam uma lei (iniciativa conjunta dos poderes Executivo e Legislativo municipal) inspirada nas exigências e recomendações da UNESCO para elevação de sítios históricos à condição de patrimônio

mundial. De fato, devido à oposição do PMDB no legislativo municipal, a comissão optou por utilizar algumas normas do Código de Obras do município, satisfatórias no atendimento às exigências da UNESCO. Três protocolos de intenções foram assinados entre diferentes agentes governamentais com fins de fiscalização e controle, ação integrada na recuperação e revitalização do patrimônio histórico e cooperação técnica. Em 1984, a SPHAN altera a dimensão do centro histórico de Salvador, aumentando sua área, subsidiado pelos estudos desenvolvidos pela comissão, e, um ano mais tarde, o centro é declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, com o tombamento da área compreendida entre o Sodré e Santo Antônio Além do Carmo. Aumentou a responsabilidade do Estado com a nova legislação de preservação, sobretudo quanto a sua obrigação moral a nível mundial e nacional com esse patrimônio. Acrescente-se que, apesar do otimismo da população local, quanto ao destino do Pelourinho, a UNESCO não dispunha de recursos para financiar obras de recuperação e restauração.

A experiência já iniciada em Olinda serviu para a organização de um seminário, em 1986, promovido pelo *Programa Nacional de Recuperação e Revitalização de Núcleos Históricos*, visando sua implantação nos estados da Bahia e Sergipe, quando foi recolocada a importância da participação ativa e permanente da comunidade no programa. Desta vez os setores populares organizados compunham, juntamente com órgãos e instituições públicas, uma comissão paritária para desenvolvimento dos trabalhos. É nesse momento que surge um discurso diferenciado da prefeitura em termos de autonomia político-administrativa, utilizando-se do panorama recente de eleição direta da nova administração municipal, para legitimar sua posição que, de fato, desqualificava o processo participativo em consolidação. Em detrimento dos trabalhos da comissão, foi outorgada à prefeitura de Salvador, na pessoa de seu Executivo, a coordenação do Programa denominado a partir de então, pelo poder local, de *Programa Especial de Recuperação e Revitalização dos Sítios Históricos de Salvador*- PERSH, objeto de nossa análise a seguir.

A AÇÃO DO GOVERNO LOCAL: INVESTIGAÇÃO DE ORIGINALIDADE?

Pode-se afirmar que o governo municipal soteropolitano e a política local são fortemente condicionados pela esfera de poder estadual, o que impõe limites e obstáculos específicos à autonomia do poder local em Salvador. Por um lado, na gestão governamental, devido à tensão histórica, política e administrativa entre duas esferas de governo inscritas num mesmo território; por outro lado, no próprio processo de formação dos governos municipais, cujos discursos políticos, pactos e alianças eleitorais direcionam-se a partir de uma pauta inscrita, muitas vezes, no âmbito da política estadual. É pertinente assinalar, seguindo

os passos de analistas políticos locais, uma possível singularidade da problemática da autonomia do poder local em Salvador e seu reflexo sobre a gestão pública da cidade. Situações emblemáticas das complexas tensões entre política e administração pública e entre os poderes legislativo e executivo municipais podem ser resgatadas, derivadas, às vezes, da adoção de opções sobre — determinadas por razões da política estadual (DANTAS NETO, P.F., 1993).

É assim que, no período de 1986-88, Salvador conheceu seu primeiro prefeito eleito nos últimos vinte e três anos. Este já tinha sido prefeito “biônico” da capital, de 1979 a 1981, e da qual foi afastado por divergir do então governador. O Poder Legislativo era composto de um colegiado predominantemente do PMDB, partido do prefeito eleito. Esse quadro político pode ser complementado pela emergência de movimentos sociais urbanos organizados, movimentos comunitários ligados à Igreja Católica e entidade sindicais, profissionais e culturais. Entre 1983-85, a aliança entre essas forças sociais marcou e condicionou a ação do executivo municipal. Aproximam-se, na política, o executivo, o legislativo e comunidade organizada por meio de processos de negociação e conflito. Esse processo de ampliação da cidadania e democratização do poder político local, indissociáveis, reforçam a idéia de reconquista da autonomia política da capital, cuja dimensão pragmática se daria a nível da participação política no nível local. A eleição direta para prefeito da capital vinha creditada da irreversibilidade do processo de autonomia democrática do governo da cidade. Entretanto, o processo eleitoral municipal de 1985 remeteu para um segundo plano os componentes locais da democratização, atropelando um processo político local em curso desde 1983. O prefeito eleito em 1985 se desconectou das dimensões práticas da autonomia democrática, montando um novo centro de gravidade, a partir do Executivo, o que isolava, principalmente, o movimento social organizado. O período de 1986-88 substituiu o primado da política, marcado na administração anterior, pelo primado de “eficiência administrativa”. O novo governo municipal combinará uma ofensiva de cooptação de atores políticos municipais à utilização do marketing político para divulgação de suas realizações públicas, inaugurando uma nova/velha ética político-administrativa” (DANTAS NETO, P.F., op. cit, p.5). A nova equipe de governo, ao mesmo tempo que busca refletir a específica conjugação de esforços que tornou-lhe possível a reassunção ao executivo municipal, guarda traços de sua prática política anterior marcada pelo desprezo pelas instâncias propriamente políticas da administração. Acrescente-se a supervalorização da publicidade como instrumento de afirmação de uma imagem empreendedora e competente.

É neste panorama que o então prefeito, desde as primeiras luzes do seu mandato, reconduzirá a sede da prefeitura ao centro antigo da cidade como manifestação inicial de uma transformação cultural e política que faria de Salvador um “espaço de grande reflexão nacional”, declarava na imprensa. A mítica da ideologia daquela administração era a hegemonia de Salvador enquanto projeto de orgulho e identidade local. A administração tinha um projeto de

redignificação da cidade. O centro tombado é definido como um enclave administrativo federal e estadual no território do município. Isso justificava o interesse da administração municipal em garantir a coordenação do planejamento e dos investimentos alocados nas áreas mais antigas da cidade e consideradas como históricas. Nasceu daí o PERSH, cujos objetivos se dividiam entre a recuperação da vocação tradicional do centro da cidade como ponto de encontro, trabalho, moradia e lazer da população, e a preservação do seu patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico e cultural. Foram delineadas três áreas de interesse histórico da cidade: o centro histórico, Itapagipe e o bairro do Rio Vermelho, muito embora só o centro antigo tenha sido palco de intervenção desse programa. As ações para sua recuperação deveriam integrar intervenções físicas, medidas de ordem institucional e as atividades produtivas locais, de maneira a provocar um processo de revitalização com reflexos imediatos nos campos econômico e social. O programa de sítios históricos não pode ser entendido como algo isolado na administração, mas como parte de uma visão nova da cidade que existia no governo local: a cidade de Salvador como um grande fato cultural, tentando reviver um clima de efervescência cultural do período pré-64 e da geração tropicalista.

Em 1987, na presença do Ministro da Cultura, o prefeito cria o Parque Histórico do Pelourinho — PHP, uma poligonal de 30,8 ha de superfície, dentro da área tombada pela SPHAN e reconhecida pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, englobando 42 bairros e cerca de 1 000 edificações entre sobrados, igrejas, conventos e solares. O PHP, dotado de administração própria vinculada à Fundação Gregório de Mattos, teria por finalidade promover ações referentes à segurança pública, proteção contra incêndio e limpeza pública, fixação de calendário de eventos culturais, ordenação da circulação interna, disciplinamento do comércio ambulante, guias e tráfegos etc.. A intervenção na infra-estrutura constaria de novas pavimentações, melhoria e adequação de drenagem pluvial, contenção e arborização das encostas, implantação de mobiliário urbano, execução de redes de serviços básicos e sinalização, visando à atividade turística. Através do projeto *Quarteirões da Humanidade*, erigiu-se o quarteirão do PHP como unidade de intervenção, criando uma nova consciência no modo de intervenção e planejamento para a área. Ao mesmo tempo, a prefeitura desmistifica o território do centro como área de intervenção de categorias profissionais restritas, principalmente arquitetos e profissionais de restauro.

Que aspectos podem-se conceber como originais ao PERSH, levando-se em conta que, apesar das limitações, esse foi, de fato, uma política pública (no sentido de ação governamental) desenvolvida pelo governo local? Há muito que recomendações nacionais e internacionais apontaram a necessidade e importância da criação de órgãos municipais destinados a suplementar as ações do IBPC, e, no caso da Bahia, do IPAC. Trata-se, então, de diferenciar essa intervenção municipal de ações passadas, destacando-se categorias que lhe são peculiares

e a distanciam de outras políticas desenvolvidas anteriormente para recuperação do centro histórico.

a) Uma intervenção em grande escala, restaurando conjuntos de imóveis para usufruto da população, de ritmo acelerado e capaz de fazer face à rapidez do intenso processo de degradação. O município avoca a si o direito constitucional da gestão integral do território municipal, considerando que havia uma superposição de esferas de poder. Até a administração de Mário Kertész, nunca a prefeitura tinha intervindo no centro histórico, a não ser em manutenção. Pensou-se o centro histórico como uma parcela do solo urbano, cuja apropriação social era extremamente complexa, socioeconomicamente e do ponto de vista fundiário. Era interesse da prefeitura otimizar a capacidade ociosa que havia naquela área onde a preservação do patrimônio era considerada uma restrição.

b) O componente tecnológico através da FAEC (Fábrica de Equipamentos Comunitários da Prefeitura) instituía a noção do moderno traduzido na criação e desenvolvimento de uma tecnologia de produção de componentes de argamassa armada, que permitisse executar as obras, em larga escala, com componentes fabricados de fácil manuseio, interligados como um quebra-cabeça, que não necessitariam de grandes maquinarias e não perturbariam a escala reduzida dos espaços. Tratava-se de uma tentativa de baratear os custos, ao mesmo tempo que estabilizar os imóveis por inteiro, substituindo os antigos tabuados pelas lajes pré-fabricadas. Essa solução tecnológica não passou de uma fase de experimentação e só teria a economia de escala como resultante, caso fosse estendida aos 950 imóveis do PHP.

c) Elaboração de um Projeto Piloto — Ladeira da Misericórdia, — pela arquiteta Lina Bo Bardi, para servir de modelo para a restauração dos demais quarteirões. A participação da arquiteta traz para o programa a credibilidade e respeitabilidade necessárias junto à opinião pública e à comunidade acadêmica. A sua concepção de restauro talvez seja a contribuição mais singular do Programa, dentro do universo de políticas públicas para a recuperação do centro histórico. Abandona-se o modo purista de buscar autenticidade, melhor traduzindo as determinações contidas na *Carta de Veneza*, valorizando as marcas do tempo, sem insistir em refazer o cenário da época. A visão do conjunto, como elemento inovador, instituiu um testemunho de diversas épocas e apropriações.

d) A política de captação de recursos continha três variáveis, quais sejam: captar recursos junto a órgãos financiadores nacionais e estrangeiros, uma campanha de doação de fundos para revitalização do centro histórico (criação do Fundo Municipal para Recuperação dos Sítios Históricos de Salvador) e, por fim, o estímulo à iniciativa privada para recuperação patrimonial em parceria com o setor público. Captação de recursos e marketing misturavam-se, na medida em que era necessário garantir aos possíveis investidores que o centro histórico podia ser realmente um centro turístico. Enalteciam-se as vantagens da parceria com a iniciativa privada, necessária para a política e gestão urbana, devido à reduzida capacidade de investimento governamental decorrente da crise fiscal

Essa política não foi eficiente, visto a inexistência de uma proposta concreta de viabilidade econômica para que o empresário se implantasse ali, muito embora a captação de recursos junto ao governo federal tenha sido eficiente, com a CEF financiando a infra-estrutura no Parque. O principal inibidor de investimentos continuou a ser as restrições decorrentes do instituto do tombamento.

e) Campanha de marketing intenso pela revitalização do Parque Histórico do Pelourinho, cujo slogan era “Pelourinho. Patrimônio da Humanidade. Todo mundo tem que preservar”. Peças publicitárias são veiculadas nas principais revistas e jornais de circulação nacional. Pela mídia visual, personalidades do mundo inteiro (a exemplo de Akyo Morita, presidente mundial da Sony) são convidadas a prestar depoimentos. O tema da recuperação do Pelourinho é definido com tema da decoração do carnaval em 1988. Na verdade não existia um plano global, mas, ações pontuais marcadas pela publicidade e marketing político. O marketing agressivo divulgou nacionalmente o estado de abandono e arruinamento do centro histórico, tornando-o um problema nacional. Além disso, coisificou o Pelourinho, transformando-o num produto mercadológico a ser incorporado à dinâmica econômica da cidade.

f) Isenção do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e de taxa de licença para execução de obras de conservação, reparos e restauração, às pequenas e médias empresas comerciais, industriais ou prestadoras de serviços existentes ou que venham a se instalar no Parque Histórico, segundo as recomendações internacionais para monumentos e lugares de interesse histórico. A política de isenção de tributos não foi acompanhada por outros instrumentos de incentivo. O valor das taxas municipais era insignificante em relação aos custos de recuperação dos imóveis. Houve uma incompreensão dos termos da lei (a isenção só beneficiaria àqueles que recuperassem os casarões e não qualquer imóvel pertencente ao PHP), além da burocracia que inibia a concretização do benefício.

g) Para a administração municipal, a idéia era desenvolver uma relação entre a comunidade e a municipalidade preparando o terreno para a implantação de uma Administração Regional no centro, parte do Programa de Descentralização Administrativa, em curso na época. O PHP delimitava uma parcela do solo do centro da cidade para, através de um gerenciamento particular diferenciado, adotar um tratamento especial, no que diz respeito à manutenção da infra-estrutura urbana, segurança, limpeza pública etc., atribuições de responsabilidade da administração municipal. Nesse sentido, o projeto constituía-se enquanto administração microlocal para satisfação de demandas da coletividade. Sua recuperação física seria um apêndice e deveria ser patrocinada pelo PERSH.

h) Inexistência de documentos escritos sobre o programa, situação atípica até então. Toda a operação dividia-se entre uma Coordenação Geral do Programa, em mãos do secretário extraordinário para projetos especiais, e a Fundação Gregório de Mattos. Dentro do universo de políticas públicas para o centro

histórico, onde os atores institucionais o que mais produziram, ao longo das três décadas, foram planos, estudos e projetos, a inexistência de um programa escrito, em si, não constitui demérito.

i) Surge a noção de parque construído, de caráter urbano, composto por edificações e logradouros públicos. Tratava-se de uma apropriação de um conceito aplicado à idéia de natureza — desfrute e preservação da natureza — agora transposta para o desfrute e preservação de áreas construídas que, de fato, constitui algo da história, da cultura, ou seja, de mudança de natureza.

j) Continuidade ao velho esquema clientelista praticado pelo IPAC, no intuito de satisfação de demandas e forma de legitimação. Havia uma certa cultura de distanciamento entre o morador do centro histórico e a política local, devido a suas marcas históricas de “caça ao rato”, ou seja, o morador do centro, visto como marginal, tornava-se assunto de polícia. Passa-se à promoção de reuniões sistemáticas entre moradores e agentes da segurança pública e representantes políticos.

l) Tentativas de sensibilização de Estados estrangeiros para financiamento da recuperação das quadras de imóveis arruinados, através de gestões diplomáticas como canal de solicitação e negociação. A idéia forte era que a Bahia seria a grande ponte para a África. Nesse sentido, dever-se-iam estreitar relações culturais com o Benin, Senegal, Angola, Moçambique, Nigéria etc..

m) A nível de planejamento, mesmo incipiente, o PERSH trabalhou com uma proposta de política habitacional para o PHP, a partir de um zoneamento da área que contemplasse não somente serviços, mas, usos residenciais. A população local não oferecia indicadores socioeconômicos e culturais “animadores” para programas habitacionais em conjuntos patrimoniais, mesmo a fundo perdido. Reforça-se, a partir desse contexto, o antagonismo entre necessidades sociais e preservação do patrimônio. A questão da memória passa a ser enunciada pelos agentes institucionais como algo não primordial para aquelas populações empobrecidas, e a política habitacional passa a ser um questão política, quando nada, ética. Além disso, há o ônus social para tentativas de desalojamento da população de baixa renda residente.

n) A intrincada rede de propriedade dos antigos casarões (posse, locação e sublocação) constituiu um complicador para uma política de restauração e revitalização.

À GUIA DE CONCLUSÃO...

O momento da conjuntura política baiana, nos anos de 1985/86, tendo em vista a sucessão estadual, alimentou antagonismos a nível da gestão urbana em Salvador, refletindo-se dentro das organizações públicas. Muito embora o PERSH possa ser creditado de uma certa eficiência administrativa (melhoria da limpeza pública, iluminação e manutenção do calçamento), questões, como, a

segurança pública, descortinavam as relações de não colaboração entre poderes públicos, comprometendo o programa. Esses antagonismos a nível de gestão urbana são reflexos dentro das organizações públicas dos conflitos de interesse entre governantes, ditados aqui, nesse caso, pela disputa de hegemonia política no estado da Bahia. Havia, no centro histórico, uma representação do poder público federal, havia o IPAC (governo do estado) e, finalmente, a prefeitura implanta o PHP e PERSH, numa continuidade histórica onde cada nível de governo atribuía a si o primado da intervenção na área. Conflitos manifestavam-se, tanto a nível político-administrativo quanto a nível técnico. Em tese, a Prefeitura poderia embargar qualquer obra do SPHAN e IPAC. Com base nessa prerrogativa, ela negociava, muito embora as outras instâncias não reconhecessem a sua legitimidade de ação, vez que efetivamente controlavam o espaço do centro há muito tempo: o SPHAN, desde 1937, e o IPAC, desde 1967. O PERSH vai conseguir alterar as relações entre os órgãos que operavam no centro histórico, embora tivesse que desenvolver relações diretamente com o governo federal para liberação de recursos, diferentemente da prática do IPAC e do SPHAN que não tinham tradição de captação de recursos.

OPERSH, através dos *Quarteirões da Humanidade*, tornou-se muito mais uma obra de mídia e de marketing político. Suas intervenções, mesmo partindo de uma visão global do conjunto, reconceituando intervenções anteriores, permaneceram pontuais e limitadas a certos objetos isolados, anunciativa da intervenção mais recente pelo governo do estado, através do IPAC e CONDER*. Deve-se, portanto, entendê-lo como um grande programa de marketing da prefeitura, visando afirmar o então prefeito como o administrador de uma cidade projetada nacional e internacionalmente, para que então o mesmo pudesse se lançar na política estadual. Tratava-se, em última análise, de uma intenção de projeção do governante no cenário da política estadual. No governo que o sucedeu (1989/1992) a administração do PHP foi transformada na primeira administração regional da municipalidade, ampliando os limites de sua ação para todo o centro da cidade de Salvador e mais 36 bairros que o circundam. O PHP foi extinto e, em seu lugar, criada a Gerência de Sítios Históricos, ainda vinculada à Fundação Gregório de Mattos, responsável pela política patrimonial da municipalidade.

O centro histórico deixa de ser visto como um museu, e reforça-se a idéia de imprimi-lo como um espaço de serviços e apoio ao turismo, lazer e cultura conservando a função habitacional.

Entende-se, a partir de então, o centro histórico não mais como um gueto museificado, mas, um território que tem uma participação, do ponto de vista

*Foram executados os seguintes projetos durante o PERSH: Projeto Piloto da Ladeira da Misericórdia, Fundação e Teatro Gregório de Mattos, Projeto Casa do Benin, Casa do Olodum, Belvedere da Sé, Reforma da fachada do Cine Glauber Rocha e obras de infra-estrutura básica.

urbano importante para a cidade. Uma ampliação da necessidade de preservação da área de uma forma não somente historicista, mas como espaço da cidade a ser utilizado plenamente. Esse conceito muda substancialmente, fazendo-se explícito na intervenção recente. Até então se superestimava um possível “efeito multiplicador” para revitalização e recuperação do centro histórico, pois se acreditava que ações pontuais de restauração de imóveis e mudanças de usos provocaria o crescimento do interesse em investimento na área — a desejada revitalização. Ao redefinir o caráter da intervenção, de pontual para global, redefiniu-se, também, a unidade de intervenção do imóvel isolado para todo o quarteirão, indicação que já aparecia em documento da FPACBA, de 1970. Após anos de política de intervenções pontuais realizadas pelo mesmo órgão — o IPAC — o PERSH retornou aquele direcionamento. Acrescente-se que as expectativas da comunidade e seus agentes econômicos sempre recaíram sobre o que o poder público poderia promover para reverter o quadro de degradação do centro antigo, incorporando-o à dinâmica da cidade, quer através de atividades turísticas, comerciais ou habitacionais.

Por fim, nos anos oitenta, o movimento artístico e cultural ao longo das ruas, praças, igrejas, bares e sedes de entidades carnavalescas confrontava o imobilismo da ação governamental, no sentido da revitalização do Pelourinho. A comunidade negra usufruía daquele lugar como momento cultural, enquanto que para outros segmentos sociais, era já tido como espaço de lazer, mesmo que marcado pela marginalidade. Através de grandes festas públicas, como, os ensaios de blocos, a bênção do Senhor às terças-feiras, pulsavam de vida aqueles logradouros públicos, tendo ao fundo o cenário de uma cidade arruinada. O local onde, outrora, os negros eram açoitados e humilhados publicamente foi resgatado como lugar de afirmação cultural negra. O poder local, quer por oportunismos eleitoreiros, quer por anseios de interesses públicos, captou-os ao deflagrar a campanha e o programa pela recuperação do Pelourinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, P.O. de. As transformações físico-ambientais do Centro Histórico de Salvador. In: SEMINÁRIO SOBRE O CENTRO DA CIDADE DO SALVADOR. 1. Salvador, 1977. Anais... Governo do Estado/Prefeitura Municipal, 1977, p.191-198.
- _____. O caso Pelourinho. In: AUGUSTO, Antonio. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.219-255.
- AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade do Salvador*. Salvador: Itapuã, 1969, 428p.
- BAHIA. *Companhia de desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador* — CONDER. Plano Diretor do Pelourinho PLANDIP. Convênio CONDER/EPACBA/SEPLAN-PR. — Uma visão crítica do Plano — relatório de atividade. Salvador: março, 1979.
- _____. Governo do Estado. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia — CONDER. *Proposta de valorização do centro histórico de Salvador*. Salvador, 1978, 50p. il..
- BOSI, Vera. Núcleos históricos: recuperação e revitalização: a experiência de Olinda.

- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.21, 1986.
- DANTAS NETO, Paulo F. *O local é capital. Mistérios e revelações do poder político de Salvador em duas épocas*. Núcleo de Pós-Graduação em Administração-NPGA/UFBA, 1993, 16p. (mimeo)
- FISCHER, Tânia et al. Olodum. *A arte e o negócio*. Núcleo de Pós-Graduação em Administração — NPGA/UFBA, 1992, 16p. (mimeo)
- LEMO, Carlos A.C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 116p.
- RISÉRIO, Antônio. *Carnaval Ijexá*. Salvador: Corrupio, 1981.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Planejamento/SEPLAM Programa MINTER/RM Salvador. *Projeto Centro Administrativo Municipal Integrado — CAMI*. Relatório. 1985. v.1, 123p. tab. mapas.
- SALVADOR. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Planejamento. Centro de Planejamento Municipal — CPM. *Termo de Referência de um Plano Específico para a área central*, 1992.
- SANTOS, Milton. *O centro da cidade do Salvador. Estudo de Geografia Urbana*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, IV-4, 1959. 196p.
- SIMAS FILHO, Américo. Problemática e critérios para delimitação de Áreas de Proteção Histórica In: SEMINÁRIO SOBRE O CENTRO DA CIDADE DO SALVADOR. 1. Salvador, 1977. Anais... Governo do Estado/Prefeitura Municipal; 1977, p.199-218.